

Pastore não pode antecipar jumbo

“É válida a tentativa do presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, mas dificilmente os bancos estrangeiros darão, nos próximos dez dias, a confirmação da adesão ao novo jumbo de US\$ 6,5 bilhões e também ao pedido de rolagem automática da parcela de US\$ 5,5 bilhões da dívida a vencer em 1.984”, afirmou ontem fonte do setor financeiro.

Um dirigente de banco integrante do comitê de coordenação da fase 2 da renegociação da dívida externa brasileira explicou, em São Paulo, ser difícil definir o quadro da economia brasileira, até o dia 14, após as atribulações dos últimos meses, com a escalada inflacionária, as idas e vindas da legislação salarial e até o pro-

cesso sucessório.

Por isso, segundo a fonte bancária, alguns banqueiros já aceitam discutir eventuais vantagens da renegociação global da dívida brasileira, com a inclusão da parcela dos juros - gastos líquidos projetados de US\$ 9,7 bilhões, este ano, e de US\$ 10,8 bilhões, no próximo, de acordo com o programa apresentado pelo presidente do Banco Central.

Mesmo com a quase certeza de que o FMI deverá, na reunião do board do próximo dia 18, liberar as parcelas retidas, no total de US\$ 825 milhões, do financiamento ampliado ao Brasil, o dirigente do banco estrangeiro revelou que, antes de assinar os contratos

do pacote financeiro de US\$ 28 bilhões, os banqueiros precisarão ter a definição do panorama de 1984, o que só será possível com a vinda de nova missão do FMI, no final deste mês ou início do próximo.

O prazo de dez dias, na opinião da fonte bancária, não permite sequer que os bancos programem o eventual desembolso da parcela líquida de US\$ 1,64 bilhão, remanescente do jumbo de fevereiro último. No novo empréstimo de US\$ 6,5 bilhões, o comitê de assessoramento e os coordenadores regionais ainda não definiram a participação de cada banco e as empresas que serão as tomadoras finais dos recursos.